# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### **COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

### PROJETO DE LEI Nº 3.468, DE 2023

Proíbe a prática de finning, altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar o crime de finning e dá outras providências.

Autor: Deputado DELEGADO MATHEUS

**LAIOLA** 

Relator: Deputado MARCELO QUEIROZ

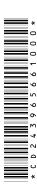
Após o oferecimento do parecer ao Projeto de Lei nº 3.468, de 2023, recebi contribuição por parte do Deputado Delegado Matheus Laiola durante a discussão da matéria, no sentido de aprimorar o dispositivo constante no Substitutivo ora apresentado, deixando expresso no texto a vedação do emprego da terminologia "cação" em rótulos de produtos alimentícios que contenham a proteína de animais da classe elasmobrânquios.

Portanto, apresento complementação de voto, cuja finalidade é acatar a sugestão do referido parlamentar. Em conclusão, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei 3.468/2023, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado MARCELO QUEIROZ Relator





## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.468, DE 2023

Proíbe a prática de *finning*, altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar o crime de *finning* e dá outras providências.

#### O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Fica proibida a prática do finning no Brasil.
- § 1º Para os efeitos desta Lei adotam-se as seguintes definições:
- I Elasmobrânquio: peixe pertencente à classe
   Elasmobranchii, popularmente chamado de tubarão, cação, machote, galha, mangona, anequim, mako, cambeva, raia ou arraia;
- II barbatana: compreende a totalidade das nadadeiras (ou abas) de elasmobrânquios;
- III finning: pescar elasmobrânquios e aproveitar as barbatanas, que são removidas, descartando o restante do corpo do animal, vivo ou morto.
- § 2º Embarcações, pescadores, empresas pesqueiras e quaisquer outros empreendimentos que atuarem em desacordo com a proibição contida no *caput* deste artigo, independentemente de outras sanções, terão cancelados seus cadastros, autorizações, inscrições, licenças, permissões ou registros da atividade pesqueira.
- Art. 2º Em todas as etapas da atividade pesqueira, da cadeia produtiva e da comercialização de elasmobrânquios é obrigatória a emissão e posse do Documento de Origem de Pescado (DOP), conforme dispuser o regulamento.
- Parágrafo único. Ficam dispensados da apresentação do DOP os pescadores artesanais.
  - Art. 3º É vedada a pesca direcionada de elasmobrânquios.
- Parágrafo único. A pesca de elasmobrânquios será caracterizada como fauna acompanhante previsível por esforço de pesca permitido para comércio unicamente caso represente, no máximo, 20% (vinte por cento) do peso total de animais capturados, devendo o excedente ser





devolvido ao mar ou apreendido pela autoridade competente, que lavrará auto de infração em ambos os casos.

- Art. 4º Fica proibido o comércio, interno e externo, de barbatanas e nadadeiras de animais da classe *Elasmobranchii*, popularmente conhecidos como tubarões, cações e arraias, somente sendo admitida a comercialização destes animais inteiros ou em segmentos devidamente embalados e rotulados, conforme normas sanitárias específicas.
- § 1º Para fins de rotulagem, as embalagens de produtos alimentícios advindos de animais pertencentes à classe *Elasmobranchii*, deverão utilizar a nomenclatura "PROTEÍNA DE TUBARÃO / ARRAIA", de forma que fique visível ao consumidor, **sendo vedada a utilização do termo "cação" para esta finalidade.**
- § 2º Os produtos de origem estrangeira que contenham proteína de elasmobrânquios deverão ser acompanhados de documentação que comprove a segurança de seu consumo, notadamente para crianças e idosos.
- Art. 5° A Lei n.° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, fica acrescida do seguinte art. 35-A:
  - "Art. 35-A. Pescar elasmobrânquios para o aproveitamento das respectivas barbatanas, removendo-se estas e descartando-se o restante do corpo do animal, vivo ou morto:
  - Pena reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e perda da embarcação em favor da União.
  - §1° Para os efeitos considera-se deste artigo. elasmobrânquio peixe pertencente à classe Elasmobranchii, (tubarão, cação, machote, galha, mangona, anequim, mako, cambeva, raia ou arraia).
  - §2º Nas mesmas penas incorre quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em depósito, utiliza ou transporta barbatanas de elasmobrânquios, *in natura* ou de qualquer forma processadas, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.
  - §3º A pena será aumentada até o dobro se a prática atingir espécies listadas como ameaçadas de extinção no território nacional ou no mar territorial dos entes federados."
  - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado MARCELO QUEIROZ
Relator



